

## EDITORIAL

Prezado leitor,

Neste ano de 2022, a Revista da AGU completa 20 anos de existência. Durante esse período, foram publicados mais de 70 números do periódico e cerca de 900 trabalhos científicos relacionados à Advocacia Pública e ao Direito Público, temas em relação aos quais a Revista da AGU se tornou reconhecida referência. O amadurecimento da Revista refletiu-se, outrossim, na obtenção da Nota Qualis-Periódicos B2, cuja elevação é buscada, em especial, por meio do fortalecimento dos seus índices de internacionalização e de impacto científico. Tendo em vista esse objetivo, a Revista promoverá, ainda no ano corrente, a publicação de dossiês especiais sobre temas de particular importância para a Advocacia Pública, com a expectativa de atrair o interesse de autores, nacionais e estrangeiros, com elevada especialização nos assuntos envolvidos. Aos autores, pareceristas e membros da equipe editorial que contribuíram para o sucesso da Revista da AGU ao longo dessas duas décadas, registramos nosso sincero agradecimento, que se estende ao leitor do periódico, destinatário do trabalho de todos esses profissionais.

Na abertura do presente número, Carolina Zancaner Zockun, Gabriela Bandeira de Mello e Maurício Zockun examinam, em trabalho elaborado a convite do Conselho Editorial da Revista, a possibilidade de descriminalização do aborto seletivo, consistente na interrupção da gestação no caso de feto com deficiência.

Os demais artigos foram recebidos pelo sistema de submissão contínua e aprovados em processo de “avaliação cega por pares”. No primeiro deles, Ana Maria Rocha, Bruno Ribeiro e Camila Nery exploram o instituto das cláusulas gerais, com destaque para sua capacidade de ensinar a atualização das interpretações jurídicas e estreitar a relação entre o direito positivo e as novas realidades da sociedade.

Bianca Tito e Rafael Ferreira salientam a importância do direito à liberdade de expressão para a vida em democracia, adotando, como marco teórico, a teoria jurídica e política proposta por Ronald Dworkin.

Por sua vez, Clécia Ferreira, Micael Amorim e Claudiana Oliveira investigam o regime de execução contra a Fazenda Pública a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de

Sergipe e pelo Conselho Nacional de Justiça. À guisa de conclusão, os autores propõem o aprimoramento da transparência e da organização das informações referentes a esse regime, de modo a torná-las acessíveis aos jurisdicionados e, por conseguinte, sujeitá-las a um controle social eficaz.

Tomando como ponto de partida o disposto na Lei n. 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção Brasileira”), João Paulo Santos Borba aborda o papel da Advocacia-Geral da União no combate à corrupção praticada por pessoas jurídicas nacionais e estrangeiras contra a Administração Pública Federal.

Júlio César Martins e Priscila Vasconcelos analisam as medidas de intervenção estatal na economia e na esfera das liberdades individuais adotadas como forma de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Os autores problematizam, em especial, os limites que devem ser impostos à atividade regulatória do Estado para que seu exercício possa ser considerado compatível com a Constituição.

Murillo Camargo e Edson da Silva Filho defendem o garantismo penal diante das políticas populistas de punição como garantia de segurança da sociedade, argumentando, em síntese, que aquele enfoque tem como finalidade a promoção de um exercício adequado e ético do poder punitivo do Estado, pautado no cumprimento dos direitos fundamentais.

Renata Araujo discorre sobre o conteúdo do princípio da segurança jurídica e sua importância para a preservação da previsibilidade e da estabilidade das relações tributárias.

Por fim, Ricardo Ferreira Filho e Gustavo Feitosa dissertam sobre os limites impostos pelo Supremo Tribunal Federal à superação legislativa dos seus próprios julgados, colocando em xeque a possibilidade de desenvolvimento de um diálogo constitucional efetivo sob a jurisprudência atual da Corte.

A Escola da AGU convida o leitor a apreciar os trabalhos científicos oferecidos, propondo a leitura da Revista da AGU eletrônica, disponível em: <http://seer.agu.gov.br>.

Boa leitura!

Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio

Responsável pela Coordenação dos Cursos de Pós-graduação da  
Escola da AGU